

Subjetividade e trabalho-pesquisa em Saúde Mental: subversões possíveis do discurso da ciência

Subjectivity and job-research in Mental Health field: possible subversions of science discourse

Ana Flávia Dias Tanaka Shimoguirí¹

Resumo

Nas formações sociais capitalistas, as subjetividades são normatizadas conforme os interesses econômicos e a dogmatização do racionalismo instituiu modalidades de pesquisa que atendem a um grupo de interesse especial cuja representação é o homem branco, heterossexual, cristão e patriarca. Dado este reducionismo, os saberes tecnológicos funcionam como ferramentas de controle, porque limitam as formas de existir, excluindo as singularidades e reproduzindo relações sociais aviltantes. Para o trabalho e pesquisa em Saúde Mental, considerando que a Rede de Atenção Psicossocial supõe a construção de espaços de sustentação das diferenças na comunidade, destacamos o ativismo feminista, a psicanálise, a genealogia foucaultiana e a cartografia como subversões possíveis à tecnociência, pois compõem saberes avessos à totalização, que não estão fixos na deontologia, em nenhum ideal de saúde ou de conduta e que, portanto, valorizam a multiplicidade e o conhecimento emancipatório e não regulador.

Palavras-chave: Ciência; Subjetividade; Saúde Mental; Feminismo; Psicanálise.

Abstract

In capitalist social formations the subjectivities are normalized according to the economic interests and the dogma of rationalism established research methods that serve to a special interest group whose representation is the white, heterosexual, Christian and patriarch man. Because of this reductionism, the technological knowledge works like control tools that define the ways to exist, excluding the singularities and reproducing degrading social relations. For work and research in mental health field, considering that the Psychosocial Care Network assumes the construction of spaces in the community that support the differences, we emphasize the feminist activism, the psychoanalysis, the Foucault's genealogy and the cartography as possible subversions to technoscience; there's another kind of knowledge, averse to universalization, they are not fixed in the ethics of moral, not fixed in an ideal of health or of conduct, so they value the multiplicity and the emancipatory and not regulatory knowledge.

Keywords: Keywords: Science; Subjectivity; Mental Health; Feminism; Psychoanalysis.

¹Doutoranda e mestra em Psicologia e Sociedade pela UNESP- Assis, graduada em Terapia Ocupacional pela UNESP - Marília, formação em Psicanálise (Freud-Lacan) • E-mail: anaflavia_shimoguirí@hotmail.com

Ao nos referirmos à modernidade, há fatores de extrema importância para que seja possível a compreensão das transformações nos modos de subjetivação dos indivíduos diante dos acontecimentos históricos e sociais que se deram a partir do século XVI. A modernidade caracteriza-se pela supremacia do modo capitalista de produção. O capitalismo erigiu-se sobre a mercantilização da força de trabalho; assim, a produção derivada do trabalho humano deixou de ser visada, fundamentalmente, como valor de uso, passando a ser comercializada, como valor de troca (SHIMOGUIRI, 2016; COSTA-ROSA, 2013).

A economia de mercado é decisiva na modulação da subjetividade do homem moderno. Rompeu-se com os ideais de coletivismo e de solidariedade em favor do individualismo, descrito como a “priorização nas relações entre os homens e as coisas em detrimento da relação dos homens em si” (FLECHA, 2011, p. 32).

O sistema econômico que vigorava até a insurgência do capitalismo industrial tinha mera função de operacionalização e de organização social, já na economia de mercado há um interesse econômico focado principalmente nos bens de troca, adquirindo o trabalho valor de mercadoria e excluindo-se qualquer sentido de comunidade, de coletivo (SHIMOGUIRI, 2016, p. 29).

O modo de produção de bens materiais é correlato ao modo de produção de subjetividade e indica as formas de subjetivação possíveis numa sociedade (SHIMOGUIRI; COSTA-ROSA, 2017; COSTA-ROSA, 2013). Neste sentido, Foucault (1997) aponta para o fato de que, nas formações sociais capitalistas, a subjetividade dos indivíduos passou a ser normatizada conforme os interesses econômicos.

[...] houve um investimento de poder sobre o indivíduo moderno, caracterizado pela vigilância, pelo controle sobre suas atividades e pela sua normalização. Estas técnicas de disciplinarização dos corpos tomaram o homem enquanto objeto, ou seja, houve um processo de objetivação para transformá-lo em um cidadão útil. Do encontro entre o poder e as investidas sobre o corpo surgiu o que Foucault (1997, p. 42) chamou de “sujeito psicológico” das sociedades disciplinares (CHRISTIANO, 2010, p. 29).

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1997) caracteriza a sociedade disciplinar, implantada a partir dos séculos XVII e XVIII, como um sistema de controle social que lança mão de várias técnicas, desdobradas nas tecnologias disciplinares, adscritas numa combinação de saberes e discursos científicos que se inter-relacionam para reiterar a prática da exclusão e da punição. Sendo assim, a ciência que serve ao poder disciplinar produz saberes que estrategicamente vão servir para modular a subjetividade dos indivíduos.

A obra de Foucault foi influenciada pelas produções de Hyppolite (apud AGAMBEN, 2005) que trabalhou a dialética entre liberdade e coerção, apontando-a como homóloga à oposição entre natureza e positividade. Partindo de Hegel, positividade seria o elemento histórico que se concretiza nas instituições e, sobretudo, nas relações de poder, por exemplo, as crenças, as regras e os ritos, as leis que são impostas ao indivíduo pela cultura

com fins de regular seu comportamento. Para Gonçalves (2001, p. 274): “Esta definição do positivo como algo posto (*Gesetztes*) de modo exterior é fundamental para definir um dos conceitos fundamentais da obra de Hegel desse período: o conceito de positividade (*Positivität*)”.

Também Freud (1996a), em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, nos fala sobre uma relação dialógica, uma tensão entre o princípio de prazer e o princípio de realidade. O princípio de prazer diz respeito aos processos primários, inconscientes, que buscam a satisfação da pulsão sem se restringirem aos ditames socioculturais; por outro lado, o princípio de realidade diz respeito à consciência quanto às condições e limites impostos pelo mundo externo.

Com efeito, para pensar na forma como se organizam as relações intersubjetivas na sociedade, Deleuze (1991) explora as contradições entre instintos e instituições, destacando o papel normativo que toda instituição desempenha, na medida em que “impõe ao nosso corpo mesmo em suas estruturas involuntárias, uma série de modelos, e concebe à nossa inteligência um saber, uma possibilidade de previsão como projeto” (DELEUZE, 1991, p. 31).

Propondo que as instituições são efeitos artificiais de tendências naturais, Deleuze (1991) problematiza a impossibilidade de se fazer a síntese da tendência e do objeto que a satisfaz, uma vez que “a água que eu bebo, com efeito, não se assemelha aos hidratos dos quais meu organismo carece” (DELEUZE, 1991, p. 31).

A Filosofia da Diferença (DELEUZE, 1991) articula os conceitos de instinto e instituição com os elementos de satisfação, sendo eles duas formas organizadas de uma satisfação possível. As tendências vindas da necessidade dos animais e dos homens satisfazem-se diretamente pelo instinto e indiretamente pela instituição; utilizando-se de meios sociais, portanto, a tendência nunca é satisfeita sem ser ao mesmo tempo estrangulada ou sabotada, transformada, sublimada.

O aspecto comum dos pensamentos de Foucault, Deleuze e Freud gira em torno das contradições enfrentadas para se conciliar o desejo com a Lei, os três autores trazem à baila o mal-estar oriundo da civilização, que é estrutural, uma vez que, para a manutenção da sociedade, os homens abdicam da completude na satisfação e da realização total dos seus instintos, das suas pulsões, em prol da cultura.

Para definir as características do psiquismo dos sujeitos civilizados e modernos, também para viabilizar o processo de capitalização das subjetividades foi preciso fixar o homem em instituições, as quais Foucault (1997, p. 114) chamou “instituições de sequestro”. Nessas instituições era realizado o estudo dos indivíduos baseado na sua vigilância contínua e minuciosa de maneira que o conhecimento científico e enciclopédico sobre a mente pôde ser produzido.

[...] são instituições encarregadas de toda a dimensão temporal dos indivíduos, ou de quase todo o seu tempo de vida. Essa técnica é característica da sociedade industrial, pois tem como função a transformação do tempo dos homens em tempo de trabalho. Nessas instituições, o tempo das pessoas se encontra controlado. A segunda função

dessas instituições é a de controlar o corpo dos indivíduos. Dessa forma, a escola não serve apenas para ensinar, sua função ultrapassa sua finalidade aparentemente específica e precisa; ela deve controlar e formar o corpo do indivíduo, transformando-o em corpo de trabalho (SALIBA, 2006, p. 90 apud CHRISTIANO, 2010, p. 30).

É necessário considerar que a vida em sociedade é regulada pelas instituições (BAREMBLITT, 2002). O surgimento das instituições como ferramentas de controle tem suas raízes já no processo de hominização/humanização (MARX, 2004), constituição do homem como ser genérico, sua entrada na cultura. Elas estão desde sempre instituídas, portanto, não é possível simplesmente eliminá-las.

As instituições são dispositivos de produção social de subjetividade, atravessadas por ideias econômicas, socioculturais e ético-políticas, que, em suma, representam a classe social dominante, logo, reafirmam suas necessidades específicas, e, portanto, não necessariamente irão satisfazer e ser úteis a todos os sujeitos de maneira universal. Partindo desta hipótese, pretendemos discutir a função da ciência como mantenedora das relações sociais aviltantes do modo capitalista de produção.

Dentre todas as mudanças trazidas pelo ideário da modernidade, além do surgimento do capitalismo, destacam-se as modificações nos processos de subjetivação, tanto no que se refere à constituição psíquica do homem, quanto no que se refere às relações sociais, pois aquele ideário contemplou o plano político-ideológico, econômico, subjetivo e social. Como atesta Rosa (2010, p. 36): “Do discurso à ação pragmática; de alegoria a agente moral legitimador de intervenções, o moderno tornou-se um projeto, com diretrizes, propagandas e intérpretes”.

Hermínio Martins (1997) destaca as mudanças na compreensão de mundo e de homem e o grande impulso tecnológico para o desenvolvimento da ciência moderna. Para ele, a modernidade é, sobretudo, um projeto de dominação que se caracteriza por uma ciência que não conhece seus limites, pois o desenvolvimento da técnica já não visa melhorias na condição humana, nem depende mais de necessidades práticas, mas somente de impulsos e desejo de dominar o mundo. A ciência está subordinada à tecnologia e passa a depender da técnica, tornando-se uma tecnociência.

Na tecnociência, o conhecimento passou a ser marcado pela valorização da razão: “Tudo quanto pretenda ter legitimidade para existir necessita, pois, de submeter-se ao crivo da Razão” (HANSEN, 1999, p. 37 apud HANSEN, 2000): O pesquisador debruça-se sobre um sujeito, diga-se objeto, para analisá-lo de forma metódica e imparcial. Esse modo de produção de saber está fundamentado no causalismo cartesiano, que visa apreender e controlar as causas de um determinado fenômeno para prever e evitar sua ocorrência.

O raciocínio positivista busca dividir e quantificar para conhecer e, por isso, são privilegiadas pesquisas quantitativas em detrimento dos estudos qualitativos ou participantes, uma vez que se prioriza a neutralidade do pesquisador, a objetividade. Foi assim que a análise objetiva e a comparação dos indivíduos entre si

permitiram enquadrar as diferenças observadas em escalas, precursoras da Psicopatologia.

Por meio do conhecimento das “doenças mentais” que afetavam o homem, puderam-se elaborar técnicas de intervenção, de tratamento, mas, mais do que isso, puderam-se elaborar as tecnologias disciplinares (FOUCAULT, 1997) necessárias para produzir subjetividades alienadas, capitalísticas, massificadas e moldadas sobremaneira conforme os interesses sociais do polo dominante.

Para Haraway (1995), a ciência serve para instituir modalidades de pesquisa bem definidas e regulamentadas por diretrizes que atendem a um grupo de interesse especial, cuja representação se faz pela figura do homem branco, heterossexual, cristão e patriarca. Outrossim, dada essa característica reducionista, a autora destaca que “a ciência é um texto contestável e um campo de poder” (HARAWAY, 1995, p. 11).

Pensar na ciência como campo de poder faz-nos considerar as forças em disputa no âmbito político, e, sobretudo, analisar as ferramentas de controle que asseguram a governabilidade de uma formação social, haja vista que “todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade” (HARAWAY, 1995, p. 9).

Nota-se que os processos de dominação-subordinação englobam múltiplos elementos: estruturas arquitetônicas, práticas jurídicas, técnicas, militares, entre outros. São componentes diversificados que servem para manter a existência da “Sociedade Disciplinar” (FOUCAULT, 1997), ou na modernidade, da “Sociedade de Controle” (DELEUZE, 1992), pois, nos tempos atuais, pode-se dizer que as ferramentas coercitivas evoluíram a tal ponto que não se faz mais necessário o uso de tecnologias duras, por exemplo, muros e correntes como formas de aprisionamento.

As torturas sofridas no corpo foram taticamente substituídas por discursos, capazes de garantir o assujeitamento de maneiras muito mais amplas, sutis, refinadas e mesmo “humanizadas”. Os discursos, conforme concebidos por Lacan (1992) são tipificações dos laços sociais e ultrapassam a dimensão da fala, são “discurso sem palavras”; por conseguinte, “não há necessidade de enunciações para que nossa conduta, nossos atos, eventualmente se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais” (LACAN, 1992, p. 11), enunciados que nem sempre são explícitos.

Na atualidade, a disciplina e o controle são exercidos por meio das relações de poder fundadas no discurso da ciência, no saber pragmático, que garantem o saber-poder sobre o corpo e a mente de outrem. Podemos tomar como confirmação disso a “psicologização” de tudo escapa à concepção hegemônica de saúde e de formas de existência, por exemplo, o enquadramento da sexualidade nos significantes da psiquiatria.

O trabalho-pesquisa em Saúde Mental: linhas de fuga e formas de resistência ao discurso da ciência

No campo da Saúde Mental, no que diz respeito à epistemologia, o paradigma hegemônico é o Discurso Médico (CLAVREUL, 1983), no qual há um nítido

distanciamento entre um sujeito do conhecimento e um sujeito de conhecimento (COSTA-ROSA, 2013): “o discurso médico prima por excluir a subjetividade tanto daquele que o enuncia como daquele que o escuta. Daí a pretensa objetividade do cientista que, na verdade, está calcada na abolição da subjetividade do autor” (CLAVREUL, 1983, p. 7). Analisando a epistemologia, Lacan diz que “o discurso da ciência não deixa nenhum lugar para o homem” (LACAN, 1992, p. 171).

Quando os laços sociais e intersubjetivos nos quais se realiza a produção de conhecimento, e, conseqüentemente, de saúde e de subjetividade são verticalizantes, os mecanismos psicopatológicos ocupam a trama central; por isso, os pensamentos que regem a psicologia cognitiva comportamental já inferem pressupor um ideal de saúde, de vida, quer seja, de normalidade. “Através das diversas etapas pelas quais se efetua o ato médico, ou seja, as etapas do diagnóstico, do prognóstico e da terapêutica, o que se configura é um discurso totalitário que exclui a diferença, único modo pelo qual a subjetividade poderia se manifestar” (CLAVREUL, 1983, p. 11).

Os aspectos biológicos estão sobrepostos às singularidades; os meios de trabalho estão incluídos no escopo da medicalização e da pedagogia e referem-se exclusivamente ao corpo como um organismo fisiológico, por exemplo, com a expansão da ideia de que a sexualidade é definida pelo pareamento dos cromossomos X e Y, ou de que os impasses psíquicos são decorrentes de um desequilíbrio neuroquímico.

As relações intersubjetivas na ciência e no capitalismo estão fundadas nos discursos que outorgam o poder de educar e governar, descritos por Lacan (1992) como Discurso da Universidade e Discurso do Mestre, respectivamente. Em termos terapêuticos e éticos, repete-se o instituído social, logo, produzem-se subjetividades adaptadas aos princípios normativos. A ética adotada é a da deontologia, que por excelência pressupõe o dever e os imperativos incondicionais à vida em sociedade (CLAVREUL, 1983).

Marx não deixou de fazer uma crítica da ciência – mais que da medicina em particular, aliás. Em *A Ideologia alemã*, ele diz que não há história do direito, da política, da ciência (eu sublinho), da arte, da religião; não há senão a história das relações econômicas? Em uma carta a Ruge, ele escreve que religião e ciência se referem à existência teórica do homem, mascarando a realidade de sua existência material (CLAVREUL, 1983, p. 17).

Considerando que as relações econômicas são transladadas para o plano social, os grupos minoritários são menosprezados pelo capitalismo, dentre eles, mulheres, negros, índios e homossexuais. Corroborando com nossos pressupostos, de que em determinadas circunstâncias, as relações de classe assumem a forma de relações de raça, também de gênero e de religião, Fernandes (1978 apud AMORIM et. al., 2012) ao falar sobre a não integração do negro à sociedade, ressalta que o preconceito racial é fruto da forma incompleta em que se deu a abolição da escravidão e da introdução do capitalismo na sociedade brasileira: “o negro se viu livre, mas não foi absorvido pelo sistema capitalista, pois

este não dispunha de bases suficientes para integrá-lo socialmente” (AMORIM et. al., 2012, p. 43).

No mesmo esteio de crítica ao capitalismo e à tecnociência, o ativismo feminista avalia que as doutrinas da objetividade ameaçam as “versões corporificadas da verdade” (HARAWAY, 1995, p. 13), por isso há a necessidade e o compromisso ético de se reconhecer e elaborar outros tipos de conhecimento, incluídos por Sandra Harding no que se convencionou chamar de ciência sucessora.

A ciência sucessora está alinhada com o que Boaventura de Sousa Santos (2000) definiu como conhecimento emancipatório, um saber que tem como prioridade a construção de “uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (HARAWAY, 1995, p. 15). Em contraposição à universalidade dos saberes tecnocientíficos, o feminismo traz a proposição de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18), cuja objetividade é corporificada. A proposta de se produzir saberes localizados pauta-se numa avaliação crítica, objetiva, firme e racional, refutando, portanto, pesquisas que recaem na totalização ou no relativismo.

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Patricia Hill Collins (2000), em seu livro sobre o Feminismo Negro, transcreveu depoimentos de afrodescendentes, nos quais é possível notar que os estudos quantitativos mascaram a realidade das mulheres negras americanas. Portanto, a autora vem acrescentar suas contribuições para a validação de uma epistemologia baseada em experiências, não em recortes maquiados de uma realidade.

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial (HARAWAY, 1995, p. 31-32).

Nesta direção, na busca por um conhecimento que abra possibilidades de relações sociais mais solidárias, por conseguinte, menos colonizadoras, é importante pensar que a luta de classes, nos seus desdobramentos como o sexismo e o racismo, está inextricavelmente associada, em inúmeras conexões, às relações de poder e ao que vale como verdade para a ciência (COLLINS, 2000), ao que vale como saúde ou como doença.

Discurso Médico (CLAVREUL, 1983), corolário

ao modo capitalista de produção, o referente de ação em Saúde Mental está bem definido pela nosografia psiquiátrica e pela díade doença-cura. No entanto, sublinhamos a contestabilidade dessas construções científicas e tecnológicas, visto que o conhecimento, em muito, reproduz a ideologia da direita conservadora, da “sociedade do trabalho” (ARENDR, 1995), caucasiana, heterossexual e religiosa.

No tocante ao modo de produção da Atenção em Saúde Mental, quanto aos tratamentos disponíveis, numa análise crítica, vê-se que muitas formas de abordagem, até as mais integrativas como as teorias “biopsicossociais”, visam à adaptação, visam homogeneizar o heterogêneo, isto é, excluir o diferente.

Os dispositivos institucionais da Saúde, não diferentemente dos dispositivos da Assistência Social, da Educação e da Justiça, operam como Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE (ALTHUSSER, 1983), dado que existem para administrar as misérias humanas e tamponar as problemáticas orgânicas, psíquicas e sociais que surgem como (d)efeitos do laço social capitalista e do Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador. Está claro que o intuito do Estado é reabilitar os que sofrem, reinseri-los socialmente para fazê-los retornar ao modelo societário dominante, sobretudo como trabalhadores, mão de obra para o Modo Capitalista de Produção (SHIMOGUIRI; COSTA-ROSA, 2015, p. 5).

Apesar de todas as conquistas no plano jurídico-político consequentes de movimentos sociais que contestaram a noção de saúde como adaptação social, por exemplo, a Reforma Psiquiátrica brasileira (AMARANTE, 1995; 2003), mesmo nos estabelecimentos institucionais da Rede de Atenção Psicossocial, ainda se verifica o uso das tecnologias de disciplina (FOUCAULT, 1997) e controle (DELEUZE, 1992).

Aplica-se a vigilância, o tratamento moral, a punição, a custódia, a interdição e educação daqueles que, por serem diferentes, fazem objeção ao instituído social e familiar dominante. A cura continua seguindo a lógica biomédica, sintomatológica e higienista (SHIMOGUIRI; PÉRICO, 2014).

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1997, p. 167).

Ao pensarmos nossas práxis junto aos sujeitos em sofrimento psíquico que demandam por tratamento nos diversos estabelecimentos institucionais da Saúde destacamos os pressupostos da psicanálise do campo de Freud e Lacan, do ativismo feminista e da Filosofia da Diferença como alternativas possíveis ao discurso da ciência e ao modo capitalista de produção.

A psicanálise reivindica o direito à subjetividade singular, não está fixa em nenhum modelo de saúde, de conduta. Ao passo que se baliza na ética do desejo, do bem-dizer, não está pautada na ética da moral; ela não é,

pois, uma área da medicina, ela seria antes o seu antônimo (CLAVREUL, 1983).

A psicanálise restitui ao Sujeito seu lugar, o qual a ciência escamoteia, ao constituir um discurso em que o sujeito (da enunciação) não se manifesta, em que a verdade enunciada por ele deve ser independente daquele que a enuncia. As formações do inconsciente – atos falhados, sonhos, chistes e sintomas – ao mesmo tempo que constituem o lixo da ciência (aquilo que a ciência dejeta por não poder inscrever em seu discurso) e o material do místico em seu delírio, são o objeto de atenção da psicanálise. Exatamente por isso Freud pôde formular que tivera sucesso onde o paranoico fracassou. Essas formações do inconsciente constituem a expressão da verdade do sujeito, ou seja, do desejo [...]. Na medida em que não visa evitar o erro e o engano, mas antes constitui-os enquanto objeto, a psicanálise não é uma ciência. O discurso do psicanalista é o único a fornecer as articulações onde o desejo se inscreve (CLAVREUL, 1983, p. 12-13).

A principal contribuição da Psicanálise para a produção de conhecimento é a recuperação do Sujeito como trama central da pesquisa, entendido para-além de um objeto de investigação e intervenção, mas como possuidor de saber e protagonista; “o conhecimento teórico é suspenso [...]. No método psicanalítico, jamais se opera com um conhecimento prévio, pois se encontraria apenas o que se procura” (PEREIRA, 2011, p. 19).

Lacan considera que o progresso de Freud e da psicanálise se deve ao fato de tomar um caso na sua singularidade, de modo que não existe nenhum sujeito igual a outro. “O que está em questão é a subjetividade do sujeito, nos seus desejos, na sua relação com seu meio, com os outros, com a própria vida” (LACAN, 2009, p. 10).

O saber do positivismo ignora a singularidade, pois ele se constrói a partir de uma ilusão de igualdade e de visão infinita, por meio de um conhecimento enciclopédico baseado na observação, há a valorização do que é comum e, conseqüentemente, a exclusão do que é particular. É uma forma apressada de julgamento, de universalização, que buscando o nivelamento de tudo e de todos, jogando fora o bebê junto com a água do banho.

Partindo dos ideais da Reforma Psiquiátrica brasileira (AMARANTE, 1995; 2003), foram necessárias ampliações na clínica tradicional, nos modos convencionais de se produzir saúde e de se tratar o sofrimento psíquico, assim, a Rede de Atenção Psicossocial (BRASIL, 2011), especialmente, supõe a construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade.

No contexto das novas práticas em saúde mental, trabalhos que escapam à clínica ortodoxa, como as propostas inspiradas na Filosofia da Diferença (DELEUZE, 1992), têm demonstrado a potência criativa das experimentações. Em vez de pensar com representação, como quer a ciência, na cartografia, buscase pensar a partir de sensações.

As práticas grupais que articulam experimentações com o corpo e com a arte são amplamente utilizadas, apresentando-se como formas de resistência aos modelos médicos-terapêuticos (CASTRO et. al., 2011). A possibilidade de vivenciar fazeres artísticos fortalece a expressão, a comunicação, e redefine a participação social.

[...] a proposta de trabalho com o corpo é pautada na validação dos sujeitos, de suas capacidades, de respeito aos desejos, necessidades e suas histórias [...] O corpo é uma fonte de conhecimentos, suas respostas e sua forma podem orientar a pessoa constantemente. A reunião da experiência somática e da linguagem ganha consistência quando estamos juntos, formamos grupos, criamos, trabalhamos, dançamos, passeamos e cuidamos uns dos outros [...]. É também no fazer artístico que as pessoas lidam com limitações, com seu entorno e com a realidade social. Nos desdobramentos das ações, percebem a si próprios e aos outros, reconhecendo possibilidades e dificuldades [...]. Pode-se afirmar que a arte é revolucionária, é experiência de confronto com o desconhecido, produz o novo, perturba a ordem vigente (CASTRO et. al., 2011, p. 257-258).

Os saberes valorizados pelo feminismo, pela psicanálise e pela cartografia chamam a atenção para tipos de conhecimento que escapam às dicotomias na medida em que “requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso” (HARAWAY, 1995, p. 36).

Numa metodologia de pesquisa avessa ao conhecimento regulador (SANTOS, 2000) e contrária à objetualização, não há sujeito-objeto e também não há pesquisadores assepsiados, pelo contrário, o mote da pesquisa advém de uma afetação do pesquisador nas suas vivências e práticas de trabalho. Todas as pesquisas atravessam a subjetividade do trabalhador-pesquisador.

Lacan (2009), já na abertura do Seminário de 1953-1954, convida os participantes a responsabilizarem-se pelos seus estudos, participando ativamente, sem ficar à espera para obter um conhecimento pronto, diz ele: “se vocês não vêm para colocar em causa toda sua atividade, não vejo por que estão aqui” (p. 16).

Glória Anzaldúa (2000) também se empenhou para pensar outra forma de transmissão do saber, e foi revolucionária ao apresentar um texto acadêmico, uma tese, redigido em cartas e com muita pessoalidade. Nesse contexto, ela traz uma reflexão cara aos acadêmicos:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. Por que deveria tentar justificar por que escrevo? (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Recebido em: 13/07/2017

Aprovado em: 24/11/2017

Para o trabalho-pesquisa em Saúde Mental, tendo no horizonte a subjetividade singular, destacamos a importância de um conhecimento que não é extraído da equação entre alguém que sabe e a coisa sabida, mas, um conhecimento emancipatório, partindo de “um saber da práxis produzido na, e para a, própria práxis” (COSTA-ROSA, 2013, p. 101).

Ora, qualquer dialética marxiana partiria da supressão do princípio disciplinar, dado o princípio de que sempre há sujeito no objeto, e objeto no sujeito. Além disso, quando se trata do homem fica absolutamente desfeita a díade sujeito-objeto. Não é possível “conhecê-lo” fora da complexidade, caso em que o princípio dialético de que o todo está na parte assim como esta está no todo precisa ser levado ao extremo radical: em se tratando do homem só há produtores de conhecimento, portanto, não pode haver conhecimento do outro como objeto que não seja colonização aviltante (COSTA-ROSA, 2013, p. 123).

Algumas considerações

Considerando que a forma de se fazer enlace social vai determinar não apenas o modo de produção de conhecimento, mas as subjetividades produzidas (COSTA-ROSA, 2013), a metodologia da tecnociência, homóloga ao modo capitalista de produção, não poderia produzir senão subjetividades serializadas.

Ao introduzir a genealogia foucaultiana, a filosofia da diferença, a psicanálise de Freud e Lacan e as epistemes feministas, enfatizamos a importância de pesquisas que visem à implicação do pesquisador com o referente da sua pesquisa e, essencialmente, a transformação das realidades em questão, isto é, que não se queira apenas “conhecer por conhecer”.

Para pensarmos numa metodologia de pesquisa baseada em uma ética da diferença, é condição mínima superar o princípio normativo e disciplinar, tem que ser “possível formar um discurso de minoria e, assim, se opor às ficções pré-estabelecidas, ou seja, ao discurso do colonizador” (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2011, p. 178).

Neste sentido, é imprescindível termos como norte que no trabalho em Saúde Mental ultrapassa o psiquismo humano. O que está em questão, para além do maniqueísmo doença-cura, é o sujeito na singularidade de suas escolhas e na íntima vinculação com os ideais socioculturais.

Desde Freud (1996b), não há subjetivo que não passe pelo social, assim como não há social que não seja subjetivado, portanto, é preciso considerar as formações subjetivas atreladas à Formação Social, tendo por hipótese que a saúde e a subjetividade são socialmente produzidas.

Ademais, consideramos que a clínica (as vias de atenção ao sofrimento psíquico) é um lócus privilegiado de atuação, no sentido em que, pelas revoluções discursivas, pelas subversões ao discurso da ciência, se faz possível abrir possibilidades para a singularização; torna-se possível imprimir forças a favor da realização dos interesses do polo subordinado, das minorias.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2005.
- AMARANTE, P. (org.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- _____. A clínica e a reforma psiquiátrica. In: Amarante, P. **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. (p. 45-65). Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- AMORIM, A.M.F.; FERREIRA, M.L.A; ALVES, M.R. Raça, Cor, Gênero e Educação. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.
- ANDRADE, M. C.; COSTA-ROSA, A. Dispositivo intercessor – uma perspectiva multirreferencial de produção de conhecimento. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 171-182, 2011. Disponível em: <http://186.217.160.122/revpsico/index.php/revista/article/view/78/244>. Acesso em 14 out. 2014.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em 27 mai. 2016.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BAREMBLITT, G. Sociedade e Instituições. In: _____. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teorias e prática**. (p. 25-36) (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em 20 jun. 2012.
- CASTRO, E.D. et al. Ateliês de corpo e arte: inventividade, produção estética e participação sociocultural. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 3, p. 254-262, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46431>. Acesso em 10 jun. 2015.
- CHRISTIANO, A. P. **O psicólogo na rede socioassistencial de atendimento a crianças e adolescentes**. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis, 2010.
- CLAVREUL, J. **A ordem médica: poder e impotência do Discurso Médico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COLLINS, P.H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York and London: Routledge, 2000.
- COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DELEUZE, G. Instinto e Instituição. In: ESCOBAR, C. H. (org.) **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991, p. 134-136.
- _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1992.
- FLECHA, R. D. Modernidade, contemporaneidade e subjetividade. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 28-43, 1º semestre, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/2264/3379>>. Acesso em: 8 dez. 2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- FREUD, S. **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental**. In: S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- _____. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. In: S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol. 15). Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- GONÇAVES, M.C.F. **Belo e o destino (O) - Uma introdução à filosofia de Hegel**. São Paulo: Edições Loyola, 2001).
- HANSEN, G. L. Espaço, tempo e modernidade. **GEOgraphia**, v. 2, n. 3, p. 51-67, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/29/27>>. Acesso em: 8 dez. 2014.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.
- LACAN, J. **O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. **O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MARTINS, H. Tecnologia, Modernidade e Política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 40-41, p. 279-322, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000200013. Acesso em: 25 ago. 2016.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

- PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97597/pereira_ec_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 10 jan. 2013.
- ROSA, R. M. Espaço público e modernidade – Quando a sociabilidade se constrói como projeto. **e-metropolis: Rev. Elet. de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 34-49, 2010. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/edicoes/n01_mai2010/e-metropolis_n01_artigo3.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2014.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SHIMOGUIRI, A.F.D.T. Contribuições da Psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a Terapia Ocupacional: uma clínica do desejo e do carecimento na Saúde Coletiva. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134320/shimoguari_afdt_me_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 07 jun. 2016.
- _____; COSTA-ROSA, A. As práticas de atenção à saúde nos estabelecimentos psicossociais: os efeitos do Modo Capitalista de Produção. **Revista de psicologia da USP**. 2017. No prelo.
- _____; PÉRICO, W. O Centro de Atenção Psicossocial como dispositivo social de produção de subjetividade. **Revista de psicologia da UNESP**, v. 13, n. 1, p. 33-51, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-90442014000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 10 ago. 2014.